

SUMÁRIO

Art. 1º

▶ Conceito de Saúde.....	55
▶ Saúde. Abrangência.....	55
◆ Promoção da Saúde.....	55
▶ Saúde na Constituição Federal. Fundamentalidade formal.....	56
▶ Direito à saúde. Fundamentalidade Material.....	56
☐ Direito à saúde como direito social.....	57
▶ Multifuncionalidade dos direitos sociais.....	59
▶ Multifuncionalidade do direito à saúde.....	60
☐ Observação. Testemunhas de Jeová. Direito de recusa a procedimento que envolva transfusão de sangue. STF.....	61
▶ Plano de Saúde na Constituição Federal.....	61
▶ Fundamentalidade do direito à saúde e os Planos de Saúde.....	61
◆ Atuação complementar ao SUS.....	62
◆ Vedações no ramo da saúde suplementar.....	62
▶ Principal antecedente normativo dos Planos de Saúde.....	62
▶ Regulamentação dos planos de saúde pós CF/88. Ausência normativa.....	63
▶ Plano de Saúde e CDC.....	63
▶ Publicação da Lei nº 9.656/98 e Medidas Provisórias.....	63
☐ Plano de saúde. Importância da regulação normativa. Equilíbrio contratual.....	63
◆ Alteração da redação do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.656/98. Aplicabilidade simultânea do CDC.....	63
☐ Plano de saúde. Competência legislativa. União. Inconstitucionalidade de Lei Estadual.....	64
☐ Repartição de competências legislativas referente aos planos de saúde. Competência suplementar estadual para dispor sobre a proteção do consumidor. Limites.....	65
▶ Conceito de Plano de Saúde.....	67
▶ Abrangência dos planos de saúde.....	68
▶ Seguradoras especializadas em seguro saúde.....	68
▶ Contrato de Plano de Saúde e Contrato de Seguro. Semelhanças.....	68
☐ Contrato de seguro saúde. Natureza diversa do contrato de plano de saúde. Legitimidade da cláusula de reembolso.....	69
◆ Contrato de Plano de Saúde. Questionamento quanto à sua natureza aleatória.....	69

▶ Contrato de Plano de Saúde. Contrato de Adesão.....	70
▶ Contrato de Plano de Saúde. Contrato cativo de longa duração.....	70
▶ Conceito de contrato cativo de longa duração.....	70
▶ Catividade ou dependência do consumidor.....	71
▶ Estipulação de preços. Custos operacionais.....	71
▶ Fundo comum. Definição.....	72
▶ Judicialização da saúde privada. Problemática relativa ao equilíbrio financeiro do contrato.....	72
▶ Rede Credenciada.....	73
▶ Rede Contratada.....	73
▶ Rede Referenciada.....	73
▣ Plano de Saúde. Prestação de serviço sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).....	73
◆ Definição de Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....	76
▶ Identidade entre as modalidades de operadoras de planos de saúde.....	76
▶ Administração do fundo comum. Responsabilidade da operadora.....	76
▶ Modalidades de Operadoras de Planos de Saúde.....	77
◆ Administradora de benefícios.....	77
▶ Natureza de Intermediária das Administradoras.....	77
▣ Administradora não responde solidariamente com a operadora de plano de saúde, pois lhe é vedado atuar como representante, mandatária ou prestadora de serviço desta.....	78
▣ Administradora responde solidariamente com a operadora de plano de saúde em caso de falha na prestação dos serviços.....	79
▣ Responsabilidade solidária da administradora com a operadora de plano de saúde. Teoria da aparência.....	80
▣ Administradora responde solidariamente com a operadora de plano de saúde em caso de indevida rescisão do contrato.....	82
▶ Cooperativas médica e odontológica.....	82
◆ Vedação ao regime de exclusividade do profissional cooperado.....	83
▶ Vedação do contrato de exclusividade.....	83
▶ Entidades de autogestão.....	83
▣ Peculiaridades das entidades de autogestão que as diferenciam das outras operadoras de planos de saúde.....	84
▣ Entidades de autogestão. Inaplicabilidade do CDC. Súmula nº 608, do STJ..	86
◆ Entidades de autogestão. Acompanhamento econômico-financeiro.....	86
▣ Plano de saúde de autogestão. Ausência de direito adquirido quanto ao regime de custeio.....	86
▶ Medicina ou odontologia em grupo.....	87
▶ Medicina ou odontologia em grupo. Conceito doutrinário.....	87
◆ Filantropia.....	87

◆ Seguradora especializada em saúde.....	88
▶ Exclusão das Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	88
▣ Pessoas Jurídicas de Direito Público. Aplicabilidade da Lei dos Planos de Saúde.....	88
▶ Conceito. Carteira de plano de saúde.....	89
◆ Alienação de carteira.....	89
▶ Agência Nacional de Saúde Suplementar.....	90
▶ Competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar.....	90
◆ “Cartões de Desconto”. Vedações.....	91
▣ “Cartões de Desconto”. Necessidade de prévia regulamentação pela ANS.....	91
▶ Cooperativas e Planos de Saúde.....	93
▶ Entidades de Autogestão.....	93
▶ Operadoras de plano de saúde. Pessoas jurídicas brasileiras.....	93

Arts. 2º ao 7º

◆ Revogada a dicotomia entre “planos de saúde” e “seguros saúde”.....	93
▶ CNSP. SUSEP. Câmara de Saúde Suplementar.....	94

Art. 8º

Art. 9º

◆ Autorização de funcionamento.....	96
◆ Autorização definitiva de funcionamento. Empresas atuantes quando da edição da Lei nº 9.656/98.....	96
▶ Registro provisório. Documentos necessários.....	96

Art. 10

▶ Extensão e limites da cobertura contratual nos planos antigos.....	96
▣ Constitucionalidade do art. 10.....	97
▶ Plano de Referência.....	98
▶ Rol de doenças da CID/OMS. Cobertura obrigatória pelos planos de saúde.....	98
▶ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID/OMS).....	99
▶ CID-11. Implementação no Brasil.....	100
▣ Tratamentos e Procedimentos realizados exclusivamente no Brasil.....	100
▶ Plano de Referência e Planos Segmentados.....	101
▣ AIDS. Exclusão de cobertura. Abusividade.....	101
▣ Doenças infectocontagiosas. Abusividade da cláusula contratual que exclua a sua cobertura.....	102
◆ Cirurgia Refrativa. Miopia e Hipermetropia.....	102

▶ Cobertura da Cirurgia Refrativa. Crítica aos limites definidos pela ANS.....	103
■ Cirurgia refrativa para correção exclusiva de astigmatismo. Ausência de previsão normativa. Exclusão de cobertura.....	105
■ Cirurgia refrativa para correção exclusiva de astigmatismo. Ausência de previsão normativa que exclua a sua cobertura pelo plano de saúde. Obrigatoriedade de cobertura	106
■ Esclerose múltipla. Cobertura de medicamento devida	107
■ Esclerose múltipla. Cobertura de home care. Observância do custo diário em hospital.....	108
■ Insuficiência renal. Sessões de hemodiálise. Cobertura obrigatória.....	109
◆ Acidentes e doenças do trabalho. Cobertura obrigatória. Art. 14 da Resolução Normativa nº 465/2021	110
▶ Produtos e serviços de cobertura não obrigatória.....	110
◆ Regulamentação da cobertura mínima obrigatória nos planos de saúde	110
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde. Natureza exemplificativa	111
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS não é meramente exemplificativo. Mudança de entendimento (Overruling)	113
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Exceção à regra da taxatividade.....	115
■ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Exemplificativo ou exaustivo? Divergência jurisprudencial.....	115
◆ Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS. Taxativo.....	116
■ Rol de Procedimentos. STJ. Natureza taxativa mitigada	116
■ Observação.....	117
■ Rol de Procedimentos. Natureza não absoluta. STJ.....	117
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa.....	117
▶ Lei nº 14.454/2022. Rol da ANS. Legalmente exemplificativo.....	117
■ Lei nº 14.454/2022. Cobertura de tratamentos ou exames não previstos no Rol da ANS. Irretroatividade. Aplicação <i>ex nunc</i>	118
■ Exames e tratamentos não previstos no rol. Exigibilidade. Constitucionalidade questionada.....	119
■ ADI 7265. Interpretação conforme à Constituição. §13 do art. 10. Critérios de observância obrigatória para a cobertura de tratamentos não listados no Rol da ANS	119
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde	120
■ Rol de Procedimentos. ANS. Enunciado nº 21 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	120
■ Oxigenação por membrana corpórea (ECMO). Parecer técnico da ANS favorável. Notas técnicas do e-NatJus favoráveis. Cobertura devida.....	120
◆ Cobertura obrigatória de exame. Infecção pelo Coronavírus	121

▶ Exame para detecção de Coronavírus (Covid-19).....	123
▶ Implante subdérmico hormonal para contracepção. Cobertura obrigatória	123
☐ Dúvida sobre a cobertura contratual frente ao rol de procedimentos. Consulta à ANS. Enunciado nº 23 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ	123
☐ Divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelo plano de saúde. Enunciado nº 24 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ	123
☐ Instituição de junta médica. Legitimidade do ato praticado pela operadora.	124
◆ Hipóteses em que é vedada a formação da junta médica ou odontológica. Art. 3º, da RN nº 424/2017	124
◆ Prazo para decisão da junta médica ou odontológica. Art. 4º, da RN nº 424/2017	124
◆ Definição de tratamento experimental.....	125
☐ Enunciado nº 26 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	126
▶ Inexistência de registro/regularização no país. Necessidade de ponderação....	126
☐ Em sentido contrário. Planos não são obrigados a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA	126
☐ Fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA. Saúde pública. STF.....	127
☐ Fornecimento de medicamento. Saúde Pública. Registro na ANVISA. Ausência de padronização no SUS. STF.....	128
☐ Súmula Vinculante nº 60.....	130
☐ Súmula Vinculante nº 61.....	130
☐ Fornecimento de medicamento antes do seu registro na ANVISA. Questão constitucional. STF	130
◆ Tratamento clínico ou cirúrgico definido como experimental pelo CFM ou pelo CFO.....	130
▶ Ausência de indicação de determinado tratamento na bula/manual do medicamento registrada na ANVISA. Ponderação para exclusão da cobertura....	131
◆ Hipóteses de cobertura obrigatória mesmo quando ausente a indicação na bula do medicamento.....	132
◆ Prescrições <i>on label</i> , <i>off label</i> e <i>silent label</i> . Conceitos.....	132
◆ Autorização de Introdução no Mercado (AIM).....	133
▶ Riscos da prescrição <i>off label</i>	134
▶ Benefícios dos medicamentos <i>off label</i>	135
☐ STJ. Planos de saúde devem pagar pelo uso <i>off label</i> de medicamento registrado na Anvisa.....	135
◆ Uso <i>off label</i> de medicamento registrado na Anvisa. ANS. Art. 24 da RN nº 465/2021	137
☐ Doença Oftalmológica Ceratocone. Cirurgia do Anel de Ferrara. Procedimento não experimental.....	137

■ STJ. Fisioterapia pelos métodos Peditasuit e TheraSuit. Caráter experimental. Cobertura indevida	138
■ STJ. Fisioterapia pelos métodos Peditasuit e TheraSuit. Tratamento não experimental. Cobertura devida	139
■ STJ. Segunda Seção. Fisioterapia pelos métodos Peditasuit e TheraSuit. Natureza experimental afastada. Alteração jurisprudencial.....	141
◆ Produtos de terapias avançadas. ANVISA	142
◆ Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 505, de 27 de maio de 2021 ...	142
◆ Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 948, de 12 de dezembro de 2024.....	144
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Hidroxicloroquina. Parecer Técnico divulgado pelo CNJ.....	145
■ Tratamento experimental. Questão de natureza técnica. Necessidade de dilação probatória.....	146
◆ Definição de procedimento estético	147
▶ Abrangência dos procedimentos estéticos	147
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora de mamoplastia, com colocação de próteses de silicone. Cobertura devida	148
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Cobertura devida	149
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Recurso repetitivo.....	150
■ Cirurgia de abdominoplastia (dermolipectomia) não estética. Cobertura devida	151
■ Mamoplastia redutora. Patologias associadas à hipertrofia mamária. Ilegalidade da negativa de cobertura	151
■ Mamoplastia reparadora bilateral. Hipertrofia mamária. Alterações na coluna vertebral. Ausência de natureza estética	151
■ Cirurgia reparadora de reconstrução de mama decorrente de deformidade congênita do tórax. Dever de cobertura. Cirurgia plástica reparadora e não estética.....	152
◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama	152
■ Cirurgia para correção de dermatocalaze bilateral. Procedimento estético. Exclusão de cobertura.....	153
◆ Procedimento cirúrgico de troca das próteses mamárias. Rotura da prótese e extravasamento do silicone. Procedimento reparador e não estético.....	153
■ Cirurgia para correção de orelhas de abdução. Danos à integridade psíquica. Bullying. Natureza não estética. Cobertura devida.....	154
◆ Transexualidade. Cirurgia de Transgenitalização. Cobertura obrigatória. Não estético.....	155
◆ Transexualidade. Definição.....	155
◆ Transexualidade. Procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo	156
◆ Transexualidade. Regulamentação pelo Conselho Federal de Medicina.....	156

◆ Alterações promovidas pela Resolução CFM nº 2.427/2025. Suspensão judicial de seus efeitos	157
◆ Processo Transexualizador. Diretrizes de assistência à saúde.....	158
◆ Processo Transexualizador. Requisitos para a cirurgia de transgenitalização.	158
▣ Cirurgia de Transgenitalização. Natureza não estética. Cobertura obrigatória pelo plano de saúde.....	159
◆ Transexualidade. Tratamentos ligados ao processo transexualizador. Cobertura obrigatória. Não estético.....	160
◆ Definição de inseminação artificial.....	162
▶ Justificativa para exclusão da inseminação artificial.....	162
▶ Crítica à exclusão da cobertura de inseminação artificial.....	163
◆ Em sentido contrário.....	165
▶ Inseminação artificial. Abrangência da hipótese legal de exclusão de cobertura.....	166
▶ Inseminação artificial. Reprodução assistida. Sinônimas.....	166
▶ Técnicas de reprodução assistida. Espécies. Inseminação artificial e Fertilização <i>in vitro</i>	166
▣ Fertilização <i>in vitro</i> . Inseminação artificial. Expressões sinônimas. Possibilidade de exclusão de cobertura.....	167
▣ Fertilização <i>in vitro</i> . Exclusão de cobertura. Espécie distinta da inseminação artificial.....	168
▣ Fertilização <i>in vitro</i> . Técnica de fecundação distinta da inseminação artificial. Ausência de obrigatoriedade de cobertura.....	168
▣ Exclusão de cobertura das técnicas de reprodução assistida. Enunciado nº 20 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ: “A inseminação artificial e a fertilização <i>in vitro</i> não são procedimentos de cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde, salvo por expressa previsão contratual”. (Redação dada na 3ª Jornada de Direito à Saúde).....	169
▣ Exclusão de cobertura da fertilização <i>in vitro</i> . STJ. Recurso Repetitivo.....	169
▣ Câncer. Prognóstico de falência ovariana. Criopreservação dos óvulos. Obrigação de cobertura durante o tratamento quimioterápico.....	170
▣ Câncer de mama. Quimioterapia, Criopreservação dos óvulos. Princípio do “ <i>primum, non nocere</i> ”. Cobertura devida	170
▣ Infertilidade coexistente à endometriose. Fertilização <i>in vitro</i> . Cobertura não obrigatória	171
▶ Planejamento familiar. <i>Ver art. 35-C, III, infra</i>	171
◆ Definição de tratamento de rejuvenescimento e/ou de emagrecimento para fins estéticos.....	171
▶ Tratamento de rejuvenescimento e/ou de emagrecimento para fins estéticos. Justificativa para exclusão de cobertura.....	172
▶ Obesidade.....	172
▣ Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura. Abusividade.....	172

■ Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura. Configuração de dano moral.....	173
■ Obesidade mórbida. Internação em clínica médica especializada. Ausência de finalidade estética e rejuvenescedora. Cobertura devida	173
■ Obesidade. Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Recurso repetitivo.....	175
◆ Definição de medicamentos importados não nacionalizados. Prevista no art. 17, parágrafo único, V, da RN nº 465/2021	175
■ Planos não são obrigados a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA	176
■ Medicamento importado sem registro perante a ANVISA. Inexistência do dever de cobertura pelo plano de saúde.....	176
■ Medicamento importado sem registro perante a ANVISA. Autorização para importação do medicamento. Cobertura obrigatória	177
◆ Medicamentos importados e ausência de similar. Excepcionalidade	179
■ Medicamento importado. Tratamento de doença ultrarrara. Excepcionalidade.	179
■ Medicamento importado. Obtenção de registro perante a Anvisa. Obrigatoriedade de cobertura após registro.....	180
◆ Definição de medicamentos para tratamento domiciliar	181
■ Medicamento domiciliar. Definição	181
◆ Hipóteses de cobertura obrigatória de fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar	181
▶ Medicamentos para uso exclusivo no ambiente domiciliar.....	182
◆ Hipóteses de cobertura dos medicamentos de uso domiciliar.....	184
■ Medicamento de uso domiciliar. Previsão no rol da ANS. Cobertura obrigatória	184
■ Medicação intravenosa ou injetável. Supervisão de profissional da saúde, Cobertura devida.....	185
■ Medicamento para uso domiciliar. Ministrado sob orientação médica. Canabidiol. Fibromialgia	186
■ Medicamento para uso domiciliar. Gravidez de alto risco	186
■ Medicamento para uso domiciliar. Substituto de tratamento injetável com aplicação em ambiente hospitalar. Cobertura devida	188
■ Fornecimento de medicamento. Hormônio do crescimento. Uso domiciliar. Exclusão cobertura	189
■ Medicamento para uso domiciliar. Cobertura não obrigatória pela operadora. Política pública de assistência farmacêutica	190
◆ Medicamento x dispositivo médico: diferenciação.....	190
■ STJ. Equipamento de monitoramento de glicose. Tratamento domiciliar. Exclusão de cobertura.....	191
■ STJ. Equipamento de monitoramento de glicose. Dispositivo médico. Alteração do entendimento jurisprudencial	191
■ STJ. Equipamento de monitoramento de glicose. Cobertura obrigatória	193

▣ Bomba infusora de insulina. Cobertura. Recurso Repetitivo	193
◆ Medicamentos e internação <i>home care</i>	194
◆ Contrato acessório de medicação.....	194
▶ Home care	195
◆ Internação <i>home care</i> . Conceito. ANS.....	195
◆ Internação <i>home care</i> . Regulamentação.....	195
◆ Regulamento Técnico para o funcionamento de Serviços de Atenção Domiciliar. Definições.....	195
▶ Hipótese de cobertura obrigatória da internação <i>home care</i>	196
▣ Internação <i>home care</i> e STJ.....	197
▣ Internação <i>home care</i> . Vedação contratual. Abusividade. Recurso Repetitivo	198
▣ Amplitude da cobertura de internação <i>home care</i> . Enunciado nº 64 da 2ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	198
▣ Internação <i>home care</i> . Fornecimento de insumos necessários aos cuidados médicos. Cobertura devida.....	199
▣ Internação <i>home care</i> . Fornecimento de insumos médicos. Traqueostomia. Prescrição por integrante da equipe multiprofissional. Cobertura devida.....	199
▣ Requerimento judicial de internação <i>home care</i> . Requisitos da petição inicial. Enunciado nº 9 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.....	200
▣ Ação judicial. Internação <i>home care</i> . Classificação assistencial do beneficiário. Tabela ABEMID e Escore do NEAD. Enunciado nº 130 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	200
◆ Tabela ABEMID e Escore do NEAD.....	200
◆ Tabela ABEMID e Escore do NEAD. Senado Federal. Sistema Integrado de Saúde.....	201
▣ Internação <i>home care</i> . Desnecessidade. Assistência prestada por familiares ou por cuidador.....	201
▣ Internação <i>home care</i> não se confunde com internação geriátrica.....	202
▣ Internação domiciliar ou Assistência domiciliar. Beneficiário portador de Mal de Parkinson.....	202
▣ Internação domiciliar ou Assistência domiciliar. Beneficiário portador de Doença de Alzheimer. Análise do caso concreto	203
▶ Ortotanásia. Internação <i>home care</i>	203
▶ Ortotanásia, eutanásia, suicídio assistido e distanásia. Diferenciação conceitual.....	204
▣ Assistência profissional domiciliar. Realização de Curativos. Impossibilidade de deslocamento. Cobertura devida.....	205
▣ Ilegalidade da cobrança de percentual de coparticipação em internação <i>home care</i>	205
◆ Definição de próteses e órteses	206
▶ Cobertura obrigatória de próteses e órteses.	206

❑ Prótese de quadril. Vinculada a ato cirúrgico. Cobertura devida.....	206
❑ Prótese auditiva. Dispositivo médico não implantável. Legítima exclusão de cobertura.....	207
◆ Prescrição de próteses e órteses pelo médico.....	207
❑ Exigências para cobertura de próteses e órteses. Enunciados nº 28 e 29 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	209
❑ Cobertura de próteses e órteses. Impossibilidade de exigência de marca específica.....	209
❑ Cobertura de prótese ou órtese importada. Existência de similar nacional. Negativa de cobertura válida.....	209
▶ Cobertura não obrigatória de próteses e órteses.....	210
▶ Fornecimento do “stent” e a cirurgia de angioplastia.....	210
❑ Negativa de fornecimento do “stent”. Aplicação de multa pelo PROCON.....	212
❑ Fornecimento de órtese substitutiva de procedimento cirúrgico. Órtese craniana. Cobertura devida.....	212
❑ Prótese ortopédica. Não vinculação a ato cirúrgico. Exclusão de cobertura.....	213
❑ Cirurgia com utilização de dispositivo interespinhoso (DIAM). Cobertura devida.....	214
❑ Perda auditiva bilateral. Implante de prótese coclear. Cobertura devida.....	214
❑ Órtese de remodelação craniana. Plagiocefalia posicional. Cobertura devida.....	215
❑ Ruptura da prótese fornecida pelo plano de saúde. Não comprovação do vício de qualidade. Ausência de responsabilidade da operadora.....	216
❑ Ruptura da prótese mamária ou contratura capsular. Explante da prótese e reconstrução da mama. Novo implante mamário. Não estético. Cobertura devida.....	216
◆ Catarata. Procedimento de facectomia com lente intraocular. Cobertura obrigatória.....	218
▶ Catarata. Procedimento de facectomia. Cobertura de lentes intraoculares de características especiais.....	219
❑ Cirurgia de catarata. Lentes intraoculares multifocais. Cobertura devida.....	221
❑ Cirurgia de catarata com femtolaser. Negativa de cobertura contratual. Recusa ilegítima.....	221
❑ Cadeira de rodas. Não vinculação a ato cirúrgico. Exclusão de cobertura.....	221
◆ Inciso revogado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001.....	222
▶ Segmentação odontológica. Cobertura Opcional.....	222
◆ Tratamentos ilícitos ou antiéticos.....	223
◆ Tratamentos não reconhecidos pelas autoridades competentes.....	223
◆ Novo procedimento/intervenção/terapia médica.....	223
◆ Ausência de registro x eficácia comprovada.....	223
◆ Definição de Cataclismos.....	224

◆ Definição de comoções internas.....	224
◆ Greve e comoção interna.....	224
◆ Estado de Exceção.....	224
◆ Definição de guerra.....	224
◆ Cataclismos, guerras e comoções internas.....	224
◆ Regulamentação pela ANS.....	225
◆ Crítica à atribuição da competência regulamentar à ANS.....	225
▣ Inconstitucionalidade.....	226
▶ Plano de Referência.....	226
▶ Ampliação da cobertura do plano de referência.....	226
▣ Plano de referência. Possibilidade de limitação do atendimento a um único estabelecimento hospitalar.....	226
▶ Plano na modalidade de autogestão.....	227
▶ Plano Odontológico.....	227
▶ Regulamentação da amplitude das coberturas. Atribuição da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	228
◆ Rol de procedimentos e eventos em saúde. Natureza exemplificativa ou taxativa.....	228
◆ Amplitude das coberturas.....	228
◆ Cobertura de transplante.....	228
◆ Regulamentação da cobertura mínima obrigatória nos planos de saúde.....	230
◆ Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Rito processual de atualização...	230
◆ Lei nº 14.307, de 3 de março de 2022.....	231
◆ Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar.....	231
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.....	231
◆ Tratamentos relativos ao câncer. Possibilidade de uso <i>off label</i> de medicamentos.....	231
▣ Tratamentos relativos ao câncer. Irrelevância da natureza do Rol de Procedimento da ANS.....	232
▣ Reabilitação oral. Consequência do tratamento do câncer. Cobertura devida..	232
▣ Constitucionalidade questionada perante o STF.....	233
◆ Lei nº 14.454, de 21 de setembro de 2022.....	233
◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa.....	233
▣ Constitucionalidade do procedimento de atualização do Rol da ANS.....	234
▶ Rol de Procedimentos da ANS. Referência básica para os planos de saúde. Natureza taxativa mitigada.....	237

◆ Rol de Procedimentos. Exames e tratamentos não previstos no rol. Alteração legislativa.....	237
▶ Cobertura de tratamento ou procedimento sem previsão no Rol da ANS. Requisitos legais alternativos. Crítica.....	238
◆ Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). Resolução Normativa nº 555/2022.....	238
▣ Cobertura excepcional de medicamento não previsto no rol da ANS. Impossibilidade do fornecimento de medicamento para tratamento domiciliar.....	239
▣ Tratamento ou procedimento recomendado pela CONITEC. Presunção de eficácia e segurança clínicas. Enunciado nº 118 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	239
▣ Tratamento ou procedimento não recomendado pela CONITEC. Concessão judicial. Saúde Pública. Enunciado nº 103 da 3ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	240
▣ Súmula Vinculante nº 60 do STF.....	240
▣ Súmula Vinculante nº 61 do STF.....	240
▣ Tema nº 1.234 da Repercussão Geral (RE 1.366.243).....	240
▣ Tema nº 6 da Repercussão Geral (RE 566.471).....	243
◆ Medicina Baseada em Evidências. Conceito.....	244
◆ CNJ. Criação dos Comitês Estaduais da Saúde pelos Tribunais e Especialização de Varas Judiciais.....	245
◆ CNJ. Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).....	246
▣ Solicitação de parecer ao NatJus em grau recursal. Possibilidade. Enunciado nº 107 da 4ª Jornada de Direito da Saúde.....	248
▣ Parecer do NatJus inconclusivo. Complementação da documentação pelo paciente. Enunciado nº 120 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	248
▣ Consulta prévia ao NatJus.....	248
▣ Decisão judicial contrária ao CONITEC. Parecer do NatJus favorável. Necessidade.....	248
▣ Ação judicial de saúde. Consulta aos pareceres da ANS e do CONITEC. Enunciado nº 38 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.....	248
◆ CNJ. Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde.....	249
▣ Exames e tratamentos não previstos no rol. Exigibilidade. Constitucionalidade questionada.....	250
▣ ADI 7265. Interpretação conforme à Constituição. §13 do art. 10. Critérios de observância obrigatória para a cobertura de tratamentos não listados no Rol da ANS.....	250
◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama e tratamento de câncer.....	252
▣ Câncer de mama. Tratamento cirúrgico (ablação da mama). Negativa de cobertura de mamoplastia reparadora. Dano moral configurado.....	253
◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Mutilação total ou parcial da mama. Cobertura obrigatória.....	253

◆ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Câncer. Momento e Amplitude	254
☐ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Correção de assimetria após câncer em apenas uma das mamas. Cobertura devida	254
☐ Cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Substituição do implante mamário. Prazo de validade da prótese expirado. Cobertura devida	255

Art. 10-B

◆ Definição e relação dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança	255
☐ Fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina com conector	255

Art. 10-C

◆ Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio	256
◆ Objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio	256
▶ Suicídio. Problema Social	257
◆ Cobertura obrigatória em casos de violência autoprovocada e às tentativas de suicídio	258
▶ Tentativa de suicídio e/ou violência autoprovocada. Hipótese de emergência	258
◆ Suicídio e/ou violência autoprovocada. ANS	259
◆ Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar	261
◆ Processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde	261
☐ Constitucionalidade questionada perante o STF	261

Art. 11

☐ Constitucionalidade	262
◆ Doença preexistente	263
◆ Doença preexistente. Tentativa conceitual	263
◆ Doença preexistente não é óbice à contratação	263
◆ Faculdade da operadora em oferecer cobertura total na hipótese de doença preexistente	264
◆ Cobertura parcial temporária	264
☐ Prazo de cobertura parcial temporária em curso. Ausência de urgência ou emergência. Legítima a negativa de cobertura	265
☐ Prazo de cobertura parcial temporária em curso. Atendimento de urgência ou emergência. Cobertura devida	265
◆ Agravo	265
◆ Agravo e carência	266

◆ Cobertura Parcial Temporária e Agravo são temporários.....	266
◆ Doença preexistente e ônus da prova.....	266
◆ Dever de informação do beneficiário	266
◆ Direito do beneficiário a ser orientado quando da contratação.....	266
◆ Declaração de Saúde. Conceito e conteúdo.....	267
◆ Declaração de Saúde. Proteção de dado pessoal sensível. ANS.....	268
◆ Declaração de Saúde. Proteção de dado pessoal sensível. LGPD.....	268
☐ Cláusula de renúncia à orientação médica quando do preenchimento de declaração de doença preexistente. Abusividade.....	268
◆ Submissão à perícia no momento da contratação.....	269
☐ Ausência de exame prévio. Não comprovação de fraude contratual pela omissão de doença preexistente. Cobertura devida.....	269
☐ Avaliação médica realizada quando da contratação. Doença preexistente. Recusa de cobertura legítima.....	269
◆ Mapeamento genético. Discriminação. Impossibilidade de sua exigência no momento da contratação do plano de saúde.....	270
◆ Doença preexistente e fraude contratual.....	271
◆ Ônus probatório da fraude contratual.....	272
☐ Boa-fé objetiva. A presença de doença preexistente não configura, por si só, má-fé do usuário. A seguradora pode exigir a submissão do consumidor a exames médicos.....	272

Art. 12

☐ Constitucionalidade.....	273
▶ Planos segmentados.....	274
◆ Proposta de Plano de Saúde Acessível elaborada pelo Ministério da Saúde...	274
◆ Relatório de consolidação das informações e contribuições ao Projeto de Plano de Saúde Acessível	275
▶ Plano de Saúde Acessível. Crítica	276
◆ Proposta de Plano de Saúde com consultas estritamente eletivas e exames pela ANS.....	277
◆ Prazos mínimos para liberação do atendimento.....	278
☐ Demora na liberação da cobertura de procedimento médico. Dano moral..	279
☐ Autorização para internação hospitalar. Demora de poucos dias. Ausência de urgência/emergência. Dano moral não configurado.....	280
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Prorrogação dos prazos máximos de atendimento para os casos que não sejam de urgência ou emergência.....	280
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Internações e cirurgias eletivas.....	280
◆ Regras a serem observadas pelas operadoras nas solicitações de cobertura apresentadas pelos beneficiários	281
☐ Negativa de cobertura. Comprovante escrito na negativa. Lei Estadual. Constitucionalidade.....	286

■ Cirurgia eletiva. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ausência de Emergência ou Urgência. Possibilidade de adiamento da cobertura	287
■ Cirurgia plástica reparadora após bariátrica. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ausência de Emergência ou Urgência. Possibilidade de adiamento da cobertura.....	287
■ Procedimento cirúrgico. Quadro de Emergência ou Urgência. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Cobertura imediata obrigatória.....	288
■ Transplante. Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Cobertura obrigatória. Definição do momento de realização pela equipe médica.....	288
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade do Ministério Público.....	288
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade da Defensoria Pública.....	289
■ Negativa de cobertura. Ação Judicial. Legitimidade da Defensoria Pública. Aferição do requisito “necessitado” na fase de cumprimento de sentença.....	290
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Petição inicial. Enunciado nº 32 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	290
◆ Petição inicial. Requisitos. Probabilidade do direito	290
◆ Petição inicial. Assistência à saúde. Presença da probabilidade do direito. Demonstração do perigo de dano.....	291
■ Tutela de urgência. Assistência à saúde. Requisitos demonstrados. Concessão...	292
■ Tutela de urgência. Apreciação antes da análise da controvérsia sobre o Juízo competente. Enunciado nº 7 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.	293
■ Tutela de urgência. Manutenção do contrato. Dever de pagamento dos encargos contratuais pelo beneficiário. Enunciado nº 143 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ	293
■ Decisão judicial. Determinação de cobertura. Prestação continuada. Renovação periódica do relatório médico. Enunciado nº 41 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF	293
■ Negativa de cobertura pela operadora. Ação judicial proposta pelo usuário. Conciliação. Prioridade. Enunciado nº 106 da 4ª Jornada de Direito da Saúde	294
◆ Recomendação CNJ nº 100, de 16 de junho de 2021	294
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Cabimento de multa diária para cumprimento de tutela de urgência.....	295
■ Negativa de cobertura ilegítima. Ação Judicial. Multa diária. Urgência médica. Manutenção do valor.....	296
■ Obrigação de pagar. Incidência de multa diária. Não cabimento	297
■ Pretensão de cobertura de atendimento médico. Natureza personalíssima. Falecimento. Intransmissibilidade da obrigação. Extinção do processo judicial	297
■ Honorários advocatícios sucumbenciais. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais. Percentual que recai sobre ambas as condenações impostas à operadora	298

■ Honorários advocatícios sucumbenciais. Base de cálculo. Obrigação de fazer de trato sucessivo.....	298
■ Honorários advocatícios sucumbenciais. Base de cálculo. Proveito econômico. Incabíveis honorários por equidade	299
■ Irrepetibilidade de valores dispendidos para fornecimento de cobertura contratual em razão de decisão judicial.....	300
◆ Dano moral. Delimitação conceitual.....	300
■ Negativa de cobertura. Existência de cláusula contratual. Ausência de configuração de dano moral.....	301
■ Negativa de cobertura. Dúvida razoável na interpretação de cláusula contratual. Não configuração de dano moral.....	302
■ Negativa de cobertura de parto-cesariana durante o período de carência. Dúvida razoável quanto ao caráter urgente do procedimento. Dano moral não configurado	303
■ Solicitação de cobertura. Exigência de esclarecimentos médicos. Ausência de ato ilícito.....	303
■ Negativa de cobertura. Procedimento, medicamento ou material necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no contrato. Configuração de dano moral.....	303
■ Negativa de cobertura. Atendimento de urgência. Configuração de dano moral.....	304
■ Desídia da operadora de plano de saúde em autorizar procedimento cirúrgico. Configuração de dano moral.....	304
■ Cancelamento do ato cirúrgico. Paciente na sala de cirurgia. Dano moral configurado	305
■ Recusa de cobertura de material essencial à realização de cirurgia. Dano moral configurado.....	305
■ Negativa de cobertura. Tratamento domiciliar (<i>home care</i>). Configuração de dano moral.....	306
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Necessidade de comprovação	307
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Não configuração. Dúvida jurídica razoável na interpretação do contrato.....	307
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Necessidade de agravamento da vulnerabilidade do paciente.....	308
■ Negativa de cobertura. Dano moral. Risco à vida do paciente. Afronta aos direitos da personalidade.....	308
■ Negativa de cobertura. Dano moral <i>in re ipsa</i> . Recurso Repetitivo. A Segunda Seção do STJ acolheu a proposta de afetação dos REsp 2.197.574/SP e REsp 2.165.670/SP ao rito dos recursos repetitivos, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: “definir se há configuração de danos morais <i>in re ipsa</i> nas hipóteses de recusa indevida de cobertura médico-assistencial pela operadora de plano de saúde”. (Tema Repetitivo nº 1365 – DJEN de 24/6/2025).....	309

■ CANCELAMENTO DO PLANO DE SAÚDE PELO EMPREGADOR. AVISO PRÉVIO. EMPREGADA GRÁVIDA. ABORTO. NEGATIVA DE COBERTURA. DANO MORAL	309
■ COBRANÇA DA MENSALIDADE EM VALOR SUPERIOR AO CONTRATADO. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL.....	310
■ NEGATIVA DE REEMBOLSO DO VALOR PAGO PARA TRANSFERÊNCIA DE HOSPITAL COM UTI MÓVEL. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL	310
■ NEGATIVA DE COBERTURA. ÓRGÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA.....	310
■ PRETENSÃO DE NULIDADE E/OU REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. RESSARCIMENTO DE VALORES PAGOS. PRESCRIÇÃO.....	312
■ PRETENSÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE DISCIPLINA REAJUSTE EM RAZÃO DA MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO	313
■ PRETENSÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE DISCIPLINA REAJUSTE EM RAZÃO DA MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO, RECURSO REPETITIVO	314
■ NEGATIVA DE COBERTURA. CUSTEIO PELO SEGURADO. RESSARCIMENTO. PRESCRIÇÃO DECE- NAL.....	315
■ INADIMPLEMENTO DO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL.....	316
■ NEGATIVA DE COBERTURA. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CUSTEIO PELO SEGU- RADO. RESSARCIMENTO. PRESCRIÇÃO TRIENAL.....	317
■ NEGATIVA DE COBERTURA. AUTOR MENOR. COMPETÊNCIA. JUÍZO CÍVEL.....	317
◆ PLANO AMBULATORIAL.....	318
◆ CONSULTA COM NUTRICIONISTA.....	320
◆ SESSÃO COM FONOAUDIÓLOGO, COM PSICÓLOGO, COM TERAPEUTA OCUPACIONAL E PSICOTERAPIA	320
■ TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM. TRATAMENTO FONOAUDIOLÓGICO. COBERTURA DEVIDA	321
■ LIMITAÇÃO DA QUANTIDADE DE SESSÕES DE FONOAUDILOGIA. ABUSIVIDADE	321
■ CRIANÇA PORTADORA DE AUTISMO. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE SESSÕES DE TERAPIA MULTIDISCIPLINAR. ILEGALIDADE.....	321
■ TRANSTORNO DE ANSIEDADE. TRATAMENTO DE PSICOTERAPIA. SESSÕES EXCEDENTES AO MÍNIMO. COPARTICIPAÇÃO.....	322
■ INTERRUPTÃO DE TRATAMENTO DE TERAPIA. ESGOTAMENTO DO NÚMERO DE SESSÕES ANUAIS. ABUSIVIDADE.....	322
▶ QUIMIOTERAPIA VIA ORAL (art. 12, incisos I, c, e II, g)	322
■ RADIOTERAPIA. PACIENTE EM TRATAMENTO DE CÂNCER. COBERTURA OBRIGATÓRIA	324
■ EXAME PET CT. USUÁRIO PORTADOR DE CÂNCER. COBERTURA DEVIDA.....	324
■ PLANO AMBULATORIAL. URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA. NECESSIDADE DE INTERNAÇÃO. RES- PONSABILIDADE DA OPERADORA PELA TRANSFERÊNCIA PARA HOSPITAL PÚBLICO	325
◆ PLANO HOSPITALAR.....	326
■ DESPESAS COM ACOMPANHANTE. PACIENTE IDOSO. COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE	328

▶ Vedação à limitação de prazo de internação.....	329
▶ Internação psiquiátrica e coparticipação	330
▶ Ilegitimidade da coparticipação em internação psiquiátrica.....	330
☐ Legitimidade da coparticipação em internação psiquiátrica.....	330
☐ Legitimidade ou não da coparticipação em internação psiquiátrica. Recurso Repetitivo.....	331
☐ Internação psiquiátrica. Exigência de cláusula expressa sobre a coparticipação. Dever de informação	332
☐ Internação psiquiátrica. Inércia da operadora em indicar prestador credenciado. Coparticipação. Impossibilidade. Reembolso integral.....	333
☐ Internação não relacionada à saúde mental. Vedação à coparticipação em percentual	333
☐ Internação <i>home care</i> . Ilegalidade da cobrança de percentual de coparticipação	333
◆ Cobertura de transplante.....	334
◆ Transplantes listados no Anexo da RN nº 465/2021	335
☐ Cobertura de transplante. Negativa. Abusividade. Cobertura da Doença.....	335
☐ Transplantes previstos no rol de procedimentos da ANS. Não taxatividade...	336
☐ Transplante conjunto de rim e pâncreas. Cobertura devida	337
☐ Transplante. Obrigatoriedade de cobertura das despesas com o doador vivo.....	338
☐ Doença progressiva de ceratocone. Procedimento de implante de anel intra-estromal e Método Crosslinking. Procedimento alternativo ao transplante de córnea.....	338
☐ Serviços gerais de enfermagem. Instrumentação cirúrgica	339
☐ Cirurgia buco-maxilo-facial. Deformidade dento-facial. Cirurgia com função reparadora e funcional. Cobertura devida	340
◆ Cobertura de remoção de beneficiários vinculados a plano hospitalar.....	341
◆ Plano hospitalar com obstetrícia.....	342
☐ Plano Hospitalar com Obstetrícia. Tratamento de fetoscopia. Cobertura devida	343
☐ Plano Hospitalar. Cobertura das consultas e exames do pré-natal. Negativa de cobertura do Parto-Cesariano. Legítima expectativa e dever de informação. Cobertura devida.....	343
☐ Recém-nascido. Internação por período superior a trinta dias. Cobertura devida	344
☐ Recém-nascido. Direito a inscrição como dependente. Direito a continuidade do tratamento após os trinta dias do parto	344
☐ Plano Hospitalar sem Obstetrícia. Parto de urgência. Cobertura devida.....	345
▶ ANS e inscrição de filhos naturais e adotivos.....	346
◆ Plano odontológico.....	346

▣ Cirurgia buco-maxilo-facial. Procedimento realizado fora do ambiente ambulatorial. Segmentação hospitalar	347
▣ Plano odontológico. Operadora. Registro perante o Conselho Regional de Odontologia. Necessidade.....	348
▶ Definição de Carência	348
▶ Plano de eficácia do contrato.....	348
▶ Carência. Justificativa.....	349
▣ Carência. Legitimidade de sua previsão contratual.....	349
◆ Vedação à estipulação de carência.....	349
◆ Recontagem de carências.....	350
◆ Carência e atraso no pagamento da mensalidade.....	350
◆ Migração de plano de saúde e portabilidade de carência.....	350
◆ Ampliação do cabimento da portabilidade de carências.....	351
◆ Requisitos para a portabilidade de carências	351
◆ Período para solicitar a portabilidade. Revogação do prazo para exercer a troca ("janela").....	352
▣ Prazo de permanência. Impossibilidade lógica de cumprimento. Idade. Cabimento de portabilidade de carências.....	353
◆ Compatibilidade entre o plano de origem e o plano de destino.....	353
◆ <i>Downgrade</i> de plano de saúde. Possibilidade	354
◆ Extinção do vínculo do beneficiário com a operadora. Possibilidade de portabilidade de carências.....	354
◆ Descredenciamento de entidade hospitalar. Retirada do serviço de urgência ou emergência. Cabimento da portabilidade de carências.....	355
◆ Portabilidade especial de carências.....	356
◆ Portabilidade extraordinária de carências.....	356
▣ Portabilidade extraordinária de carências. Cabível a incidência de reajuste....	357
▣ Portabilidade. Competência. Juizado Especial.....	357
▶ Atendimentos de urgência e de emergência e o período de carência.....	358
◆ Resolução nº 13/98. Carência. Urgência e Emergência.....	359
▶ Resolução nº 13/98 e ofensa à Lei nº 9.656/98	360
▣ Caso de urgência ou emergência. Imposição de prazo de carência superior a 24 horas da contratação e de limitação da internação por 12 horas. Abusividade.....	361
▣ Cobertura, para os casos de urgência e de emergência, no segmento ambulatorial, limitada a doze horas. Necessidade de se observar a abrangência da segmentação contratada	362
▣ Plano ambulatorial. Atendimento de urgência/emergência. Observância da abrangência da segmentação contratada.....	364
▣ Carência. Atendimento de emergência. Impossibilidade de recusa de cobertura.....	364

■ Negativa de atendimento de urgência ou emergência. Indevida imposição de carência. Dano moral configurado.....	364
■ Prazo de Carência. Urgência e Emergência. Limitação no tempo da internação hospitalar. Recurso Repetitivo	365
■ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Reembolso. Urgência ou Emergência	365
■ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Urgência ou Emergência. Valor do Reembolso	366
■ Atendimento em hospital não credenciado. Urgência ou Emergência. Negativa indevida de cobertura. Reembolso limitado aos valores da tabela do plano..	367
■ Atendimento prestado em hospital não credenciado. Ausência de situação de urgência/emergência. Reembolso devido, limitado ao valor contratado.....	367
■ Reembolso. Direito à informação. Tabela de preços da operadora. Enunciado nº 72 da 3ª Jornada de Direito da Saúde	368
■ Plano de saúde com opção de livre escolha pelo usuário. Reembolso. Previsão contratual. Enunciado nº 110 da 4ª Jornada de Direito à Saúde	368
■ Atendimento prestado em hospital/por profissional não credenciado. Ausência de situação excepcional. Ausência do direito ao reembolso das despesas médico-hospitalares.....	368
■ Atendimento em hospital/por profissional não credenciado. Inexistência de profissionais credenciados. Reembolso integral	369
■ Inexistência de profissionais credenciados. Reembolso integral. Natureza de indenização por danos materiais.....	371
◆ Reembolso. Indisponibilidade ou Inexistência de Prestador. Integralidade.....	371
■ Reembolso. Insuficiência da rede credenciada. Urgência ou Emergência. Recurso Repetitivo.....	372
■ Reembolso assistido ou auxiliado. Nulidade. Ausência de direito a reembolso.	372
■ Reembolso assistido ou auxiliado. Negativa da operadora. Contrato com prestador que afasta o pagamento direto pelo consumidor. Impossibilidade de cobrança em face do consumidor.....	373
■ Reembolso de despesas médico-hospitalares realizadas fora da rede credenciada. Obrigatoriedade apenas para hipóteses excepcionais.....	374
▶ Inscrição de filho recém-nascido	374
◆ ANS e inscrição de filhos naturais e adotivos.....	374
▶ Regulamentação dos contratos firmados entre 2 de setembro de 1998 e 1º de janeiro de 1999	376
◆ Tratamento antineoplásico. Medicamentos de cobertura obrigatória para tratamento domiciliar	377
▶ Tratamentos antineoplásicos.....	377
■ Câncer. Medicamento de uso domiciliar. Antineoplásico oral. Cobertura devida	377

◆ Tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral. Resolução Normativa nº 465/2021	378
☐ Tratamento antineoplásico domiciliar de uso oral. Cobertura obrigatória.....	379

Art. 13

▶ Renovação automática do plano de saúde	380
▶ Garantia de renovação automática. Fundamento.....	380
▶ Renovação automática e rescisão unilateral.....	380
◆ Solicitação de cancelamento do contrato do plano de saúde individual ou familiar e de exclusão de beneficiário de contrato coletivo empresarial ou por adesão.....	381
☐ Morte do beneficiário. Momento em que se dá o cancelamento do contrato de plano de saúde. Ciência inequívoca pela operadora.	383
☐ Rescisão unilateral do plano de saúde por iniciativa do usuário. Necessidade de expressa e inequívoca comunicação à operadora	383
▶ Ausência de renovação automática nos planos de saúde coletivos	384
☐ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Cabimento após doze meses de vigência.....	385
☐ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Beneficiário em tratamento médico	385
☐ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo. Beneficiária em período gestacional. Impossibilidade	385
☐ Plano de saúde coletivo. Rescisão unilateral. Beneficiário submetido a tratamento médico. Recurso Repetitivo.	386
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo em razão da alta sinistralidade e da idade avançada dos beneficiários. Vedação	386
☐ Rescisão unilateral de plano de saúde. Usuário em tratamento médico. Impossibilidade	387
☐ Inatividade da pessoa jurídica contratante. Rescisão unilateral do plano de saúde pela operadora. Cabimento	387
▶ Recontagem de carências.....	388
▶ Regime de contratação e possibilidade de rescisão unilateral.....	388
▶ Rescisão unilateral por fraude	388
☐ Rescisão contratual por fraude. Ausência de má-fé do beneficiário. Não compreensão do conteúdo da declaração de saúde.....	389
☐ Rescisão contratual por fraude. Ausência de má-fé da beneficiária. Responsabilidade da operadora do plano em analisar os documentos.....	389
▶ Rescisão unilateral por inadimplemento.....	390
◆ Notificação para purgação da mora. Requisitos	390
◆ Notificação por inadimplência. Obrigatoriedade. Resolução Normativa nº 593/2023.....	392

◆ Notificação por inadimplência. Meios de notificação. Resolução Normativa nº 593/2023.....	393
◆ Notificação por inadimplência. Encargos moratórios. Purgação da mora. Resolução Normativa nº 593/2023.....	394
◆ Notificação por inadimplência. Internação do beneficiário. Vedação, Resolução Normativa nº 593/2023.....	394
▣ Notificação por inadimplência. Obrigatoriedade. Prazo para purgação da mora.....	394
▣ Rescisão unilateral por inadimplência. Ausência de notificação prévia. Dano moral configurado.....	395
▣ Rescisão unilateral por inadimplência. Não atendimento dos requisitos legais. Dano moral configurado.....	395
▣ Rescisão unilateral por inadimplência. Ausência de notificação pessoal. Restabelecimento do plano de saúde.....	396
▣ Rescisão unilateral por inadimplência. Simples indicação da inadimplência no boleto da mensalidade. Necessidade de notificação expressa.....	397
▣ Rescisão unilateral e desnecessidade de processo judicial.....	397
▣ Rescisão por inadimplemento. Validade da notificação pela via postal. Recebimento de mensalidade após notificação. Impossibilidade de rescisão do contrato.....	397
▣ Suspensão de atendimento em caso de atraso no pagamento de uma única parcela. Abusividade.....	398
▣ Mensalidades em atraso. Termo inicial dos juros de mora.....	398
▣ Pagamento das mensalidades com atraso, sem oposição da operadora. Supressio . Indevido cancelamento unilateral do plano de saúde.....	398
▣ Inadimplemento do usuário. Pagamento das mensalidades posteriores, sem oposição da operadora. Boa-fé objetiva. Indevido cancelamento unilateral do plano de saúde.....	399
▶ Inadimplemento do beneficiário em plano de saúde coletivo patrocinado.....	400
▶ Rescisão unilateral e internação hospitalar.....	400
▣ Rescisão unilateral. Tratamento médico de urgência ou emergência. Impossibilidade.....	402
▶ Rescisão unilateral e Plano Coletivo com vínculo empregatício.....	402
▶ Rescisão unilateral e Plano de Saúde coletivo por adesão ou empresarial.....	402
▣ Rescisão unilateral de plano coletivo empresarial ou por adesão. Requisitos. ..	403
▣ Rescisão unilateral de plano coletivo. Dever da operadora de notificar cada beneficiário.....	404
◆ Rescisão unilateral de plano coletivo empresarial ou por adesão. Dever de disponibilização de plano individual ou familiar. Resolução CONSU nº 19/1999.	404
▣ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Não comercialização de plano individual. Ausência do dever de oferta de plano individual.....	406

■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Responsabilidade solidária entre administradora e operadora para a disponibilização de plano individual ou familiar	406
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Dever de disponibilização de plano individual ou familiar. Ausência de obrigação de manutenção dos valores.....	407
■ Rescisão de contrato de plano de saúde coletivo pela estipulante. Ausência de direito à manutenção do valor das mensalidades.....	408
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Ausência de comercialização de plano individual ou familiar. Direito à portabilidade de carências.....	408
■ Rescisão unilateral de plano coletivo. Direito à portabilidade de carências. Garantia de finalização do tratamento médico em curso.....	410
◆ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo empresarial por empresário individual. Hipóteses e requisitos.....	411
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Tratamento médico em curso. Impossibilidade.....	411
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Beneficiário em tratamento médico. Manutenção da cobertura. Recurso Repetitivo	412
■ Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo. Beneficiária grávida. Cobertura até a alta hospitalar pós-parto	414
■ Rescisão unilateral. Plano de Saúde coletivo. Menos de trinta beneficiários. Impossibilidade.....	414
■ Plano de saúde coletivo empresarial com menos de 30 beneficiários. Rescisão Unilateral. Motivação idônea. Recurso Repetitivo.....	416
■ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Impossibilidade de rescisão unilateral do contrato de plano de saúde.....	416

Art. 14

◆ Vedação à recusa de contratação por discriminação do consumidor. Art. 39, IX, do CDC	417
▶ A vedação da recusa de contratar não significa universalidade de acesso.....	418
▶ Plano de Saúde e Idoso.....	418
◆ Plano de Saúde e Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	418
◆ Extensão da cobertura do plano de saúde para pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	418
■ Transtorno do Espectro Autista. Tratamentos Multidisciplinares. Cobertura devida.....	420
◆ Transtorno do Espectro Autista. Tratamentos Multidisciplinares	422
■ Transtorno do Espectro Autista. Tratamento Multidisciplinar. Método Bobath. Cobertura devida.....	422
■ Criança diagnosticada com transtorno do espectro autista. Cobertura do tratamento pelo método de Análise Aplicada do Comportamento (ABA)....	423
■ Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Musicoterapia. Cobertura obrigatória.....	424

- Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Serviço inexistente na rede credenciada. Reembolso integral 425
- ◆ Transtorno do Espectro Autista. Sessão com Fonoaudiólogo, com Psicólogo, com Terapeuta Ocupacional e Psicoterapia. Impossibilidade de limitação do número de sessões..... 426
- Transtorno do espectro autista. Psicopedagogia. Cobertura obrigatória 427
- Transtorno do espectro autista. Psicopedagogia e Psicomotricidade. Cobertura obrigatória 428
- Transtorno do espectro autista. Tratamento multidisciplinar. Coparticipação. Possibilidade 428
- Terapias multidisciplinares. Cobertura determinada em decisão judicial. Requisitos a serem observados pelo magistrado. Enunciado nº 105 da 4ª Jornada de Direito da Saúde..... 429
- Terapias multidisciplinares. Transtorno do Espectro Autista. Concessão judicial. Designação de audiências de acompanhamento. Enunciado nº 138 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ 429
- Transtorno do Espectro Autista. Encaminhamento da ação judicial para o CE-JUSC. Enunciado nº 140 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ..... 429
- Terapias multidisciplinares. Transtorno do Espectro Autista. Direito do beneficiário do plano de saúde ao reembolso dos valores pagos pelos atendimentos não cobertos pela operadora..... 429
- Limitação ou recusa de cobertura. Terapia multidisciplinar. Transtorno global do desenvolvimento. Recurso Repetitivo. A Segunda Seção do STJ acolheu a proposta de afetação dos REsp 2.167.050/SP e REsp 2.153.672/SP ao rito dos recursos repetitivos, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: “possibilidade ou não de o plano de saúde limitar ou recusar a cobertura de terapia multidisciplinar prescrita ao paciente com transtorno global do desenvolvimento”. (Tema Repetitivo nº 1295 –DJe de 26/11/2024)..... 430
- ◆ Acompanhante terapêutico em ambiente escolar. Criança com Transtorno do Espectro Autista. Tratamento multidisciplinar. Cobertura devida 430
- Acompanhante terapêutico em ambiente escolar. Criança com Transtorno do Espectro Autista. Ausência do dever de cobertura pela operadora 431
- Transtorno do espectro autista. Medicamento à base de canabidiol. Cobertura obrigatória 432
- ◆ Plano de Saúde e Pessoa com Deficiência. Arts. 20 e 23 da Lei nº 13.146/2015..... 434
 - Inconstitucionalidade de Lei Estadual que disciplina a cobertura obrigatória do plano de saúde para as pessoas com deficiência 434
- Síndrome de Down. Tratamento Multidisciplinar. Cobertura obrigatória..... 434
- Paralisia cerebral. Tratamento Multidisciplinar. Equoterapia. Cobertura obrigatória..... 435

◆ Equoterapia. Método de Reabilitação. Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.830/2019.....	435
◆ Condições de admissão de usuários.....	436

Art. 15

▣ Constitucionalidade.....	436
▶ Reajuste. Finalidade de sua Incidência.....	437
▶ Hipóteses de Reajustes.....	437
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Suspensão dos reajustes dos planos de saúde.....	437
▶ Reajuste por variação dos custos assistenciais e revisão técnica.....	438
▣ Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário. Fundamento.....	438
▶ Reajuste por faixa etária e planos antigos.....	439
▶ Reajuste por faixa etária e planos novos.....	439
◆ Reajuste por faixa etária e Resolução nº 6/1998.....	439
▶ Reajuste por faixa etária e Estatuto da Pessoa Idosa.....	439
▶ Significado do art. 15, § 3º, do Estatuto da Pessoa Idosa e possibilidade de reajuste.....	439
◆ Reajuste por faixa etária. Resolução Normativa nº 63/03.....	440
◆ Reajuste por faixa etária. Resolução Normativa nº 563/2022.....	440
▶ Reajuste por faixa etária. Concluindo.....	440
▶ Reajuste por faixa etária. Consequência da Resolução Normativa nº 563/2022.....	441
▣ Tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária. Planos Individuais ou Familiares.....	441
▣ Tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária. Planos Coletivos.....	441
▣ Parâmetros de controle da abusividade dos reajustes por faixa etária. Interpretação da expressão “variação acumulada”.....	442
▣ Reajuste por faixa etária e marcos regulatórios.....	443
▶ Crítica à tese firmada pelo STJ sobre o reajuste por faixa etária nos planos individuais e familiares.....	443
▣ Reajuste por faixa etária. Idoso. Contratação firmada na penúltima faixa etária. Ausência de abusividade no percentual.....	444
◆ Reajuste por faixa etária. Projeto de Lei.....	445

Art. 16

▶ Dever de clareza e contrato de plano de saúde.....	445
▶ Dever de clareza. Fundamento.....	446
◆ ANS e cláusulas contratuais obrigatórias.....	446
▶ Condições de admissão como usuário de plano de saúde.....	446
▶ Modalidades de admissão ao plano de saúde.....	447

▶ Filhos como dependentes em plano de saúde.....	447
◆ ANS e inscrição de filho do titular como dependente	447
▶ Amplitude da inscrição de filho do titular como dependente	447
▶ Inscrição de filho socioafetivo como dependente	448
▶ Filho. Dependente. Reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva	448
☐ Cobertura de lesões congênicas de filhos dos usuários do plano de saúde..	449
☐ Negativa de cobertura ao filho recém-nascido. Configuração de dano moral.....	449
☐ Filho dependente no plano de saúde. Idade limite. Possibilidade	449
▶ Cônjuge ou companheiro como dependentes em plano de saúde.....	450
☐ Inclusão de cônjuge servidor público como dependente do titular servidor público. Possibilidade.....	450
▶ Dissolução do casamento ou da união estável do titular do plano de saúde. Garantia de desmembramento da relação contratual ao ex-consorte....	451
☐ Cônjuge dependente. Divórcio. Assunção da titularidade do contrato coletivo pelo dependente idoso	453
☐ Divórcio. Permanência do ex-cônjuge como dependente. Legitimidade.	454
☐ Inscrição dos netos menores, sob a guarda dos avós, como dependentes. Possibilidade.....	454
☐ Inscrição de menor, sob a guarda dos tios, como dependente. Possibilidade..	455
☐ Guarda de menor. Inclusão como dependente natural. Possibilidade	455
☐ Inscrição como dependente. Menor sob guarda judicial. Cabimento Equiparação à condição de filho.....	456
☐ Inscrição como dependente. Irmão incapaz	456
◆ Admissão como dependente. Grupo Familiar. Planos coletivos.....	457
▶ Hipervulnerabilidade dos usuários de plano de saúde	457
▶ Hipervulnerabilidade dos idosos usuários de plano de saúde.....	457
☐ Contribuição para o custeio da saúde dos servidores públicos estaduais. Contribuição compulsória. Inconstitucionalidade.....	458
☐ Recusa de contratação pela operadora. Consumidor com o nome negativado. Abusividade. Serviço essencial	459
☐ Recusa de contratação pela operadora. Consumidor possui débito em aberto junto à operadora. Justa causa.....	459
▶ Início de vigência do plano de saúde.	460
▶ Início de vigência e prazos de carência.....	460
☐ Demora na entrega da carteira. Cobertura fornecida. Ausência de dano moral	460
▶ Rescisão unilateral. Plano de saúde individual ou familiar	461
▶ Rescisão unilateral. Plano de saúde coletivo.....	461
▶ Coberturas mínimas. Planos segmentados.....	461

◆ Regulamentação dos regimes de contratação.....	462
▶ Plano de saúde individual ou familiar.....	462
▣ Dissolução do casamento/união estável. Exclusão do ex-cônjuge/companheiro como dependente no plano de saúde. Fornecimento de plano individual.....	462
▶ Plano individual e doença preexistente.....	462
▶ Boicote aos contratos individuais pelas operadoras.....	463
▣ Oferecimento de plano individual no mercado, Inexistência de obrigatoriedade.....	463
▶ Plano de saúde coletivo empresarial.....	464
▣ Sociedade anônima de capital fechado. Sócio. Inclusão. Enunciado nº 20 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF.....	464
◆ Plano coletivo empresarial. Vínculo.....	464
◆ Plano coletivo empresarial. Pagamento, Carência e Doenças Preexistentes..	464
▣ Plano de saúde coletivo empresarial. Competência para processar e julgar ação proposta pelo beneficiário. Justiça Comum ou Justiça do Trabalho.....	465
▣ Plano de saúde coletivo empresarial. Causa de pedir fundada na relação de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho.....	466
▣ Plano de saúde coletivo empresarial. Ação judicial entre beneficiário e operadora. Negativa de cobertura. Ausência de interesse jurídico da empregadora.....	467
▣ Plano de saúde coletivo empresarial. Requisitos de elegibilidade. Não preenchimento. Equiparação ao plano individual.....	467
◆ Plano de saúde coletivo empresarial contratado por empresário individual....	468
▶ Plano de saúde coletivo por adesão.....	469
▶ Plano coletivo por adesão. Dependentes e Vedação à Carência.....	470
▶ Plano coletivo por adesão. Pagamento.....	470
▶ Semelhanças entre os planos coletivos empresarial e por adesão. Rescisão do contrato.....	470
▶ Semelhanças entre os planos coletivos empresarial e por adesão. Reajuste....	470
▶ Contrato “falso coletivo”.....	470
▶ Contratos “falsos coletivos”. Hipóteses de ocorrência.....	471
▣ Contratos “falsos coletivos”. Incidência da regulamentação dos contratos individuais ou familiares. Enunciado nº 35 da 1ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	472
▣ Plano coletivo. Pretensão de cobrança contra a empresa que contratou o plano de saúde. Prazo Prescricional.....	473
▣ Plano de saúde. Cobrança de mensalidade. Boleto bancário. Prazo prescricional quinquenal.....	474
▣ Plano de saúde coletivo. Número mínimo de beneficiários. Legalidade da previsão contratual.....	474

❑ Plano de saúde coletivo. Vigência do contrato sem observar o número mínimo de beneficiários. Impossibilidade de rescisão contratual. Vedação de comportamento contraditório.....	475
❑ Plano de saúde coletivo. Cláusula de cobrança mínima. Necessidade de preservação do equilíbrio entre o montante das mensalidades e a obrigação assumida pela operadora.....	475
❑ Plano de saúde coletivo. Inatividade da pessoa jurídica contratante. Rescisão contratual.....	476
▶ Franquia. Conceito.....	476
▶ Recuperação de despesa assistencial. Conceito.....	477
▶ Coparticipação. Conceito.....	477
◆ Mecanismos Financeiros de Regulação.....	477
❑ Mecanismos Financeiros de Regulação.....	477
◆ Mecanismos Financeiros de Regulação. Revogação. Resolução Normativa nº 434, de 3 de setembro de 2018.....	478
❑ Perda superveniente do objeto da ADPF nº 532/DF.....	478
◆ Internação psiquiátrica e coparticipação.....	478
❑ Coparticipação. Legitimidade de sua previsão contratual.....	479
❑ Coparticipação. Cálculo do seu percentual para cobertura de procedimento extra rol.....	480
▶ Agravo. Cabimento.....	481
◆ Área geográfica de abrangência.....	481
◆ Conceito. Área geográfica de abrangência.....	482
◆ Conceito. Área de Atuação do Produto.....	482
◆ Conceito. Município de Demanda.....	482
◆ Conceito. Região de Saúde.....	482
▶ Cláusula de área geográfica de abrangência do plano de saúde. Litude.....	482
❑ Rede interligada. Área geográfica de abrangência. Teoria da Aparência.....	483
❑ Cobertura de procedimentos fora da área geográfica de abrangência. Supressão. Cláusula contratual afastada.....	484
❑ Área geográfica de abrangência. Território nacional.....	484
◆ Indisponibilidade de Prestador Integrante da Rede Assistencial no Município.....	484
◆ Inexistência de Prestador no Município.....	485
◆ Indisponibilidade ou Inexistência de Prestador Integrante da Rede Assistencial no Município. Garantia de transporte.....	485
◆ Negativa de cobertura na hipótese de indisponibilidade ou inexistência de Prestador. Reembolso.....	487
❑ Inexistência de prestador. Transporte do paciente. Negativa da operadora. Reembolso integral dos valores gastos pelo usuário.....	488

■ Tratamento fora de domicílio. Descaracterização. Alteração do domicílio por prazo indeterminado.....	488
▶ Reajuste e Dever de Informação.....	488
◆ Regulamentação dos critérios de reajuste e revisão.....	489
▶ Reajuste em razão do aumento dos custos operacionais.....	490
▶ Custos operacionais. Definição e abrangência.....	490
◆ Reajuste. Planos individuais e familiares regulados pela Lei nº 9.656/98.....	490
◆ Metodologia para o reajuste dos planos individuais e familiares. Índice Máximo de Reajuste Anual das Contraprestações Pecuniárias dos Planos de Saúde Individuais ou Familiares (IRPI).....	490
◆ Reajuste. Planos individuais e familiares anteriores à Lei nº 9.656/98.....	491
◆ Reajuste. Planos Coletivos.....	491
▶ Crítica à dispensa de prévia autorização da ANS para o reajuste das mensalidades dos planos coletivos.....	491
■ Reajuste das mensalidades dos planos coletivos. Aplicação do índice de reajuste dos planos individuais e familiares aos planos coletivos. Impossibilidade.....	492
■ Reajuste das mensalidades dos planos coletivos. Decisão judicial que impõe a necessidade de autorização prévia pela ANS. Inexequibilidade.....	493
■ Reajuste das mensalidades. Plano Falso Coletivo. Incidência dos índices da ANS para os planos individuais.....	494
◆ Agrupamento de contratos para fins de cálculo e aplicação de reajuste.....	494
■ Reajuste das mensalidades. Plano de saúde coletivo com menos de trinta beneficiários. Não adoção do índice de reajuste dos contratos individuais. Dever de agrupamento de contratos.....	496
▶ Plano com ou sem patrocinador.....	496
◆ Reajuste. Planos Odontológicos.....	497
■ Contrato de plano de saúde internacional. Não incidência dos reajustes anuais autorizados pela ANS.....	497
▶ Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário.....	498
▶ Reajuste em razão de revisão técnica.....	498
▶ Revisão técnica. Alteração unilateral. Ofensa ao CDC.....	498
◆ Revisão Técnica. Revogação da Resolução Normativa nº 19/2002.....	499
▶ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade.....	499
▶ Sinistralidade. Conceito.....	499
▶ Sinistralidade. Problemática.....	499
▶ Posicionamento desfavorável ao reajuste em razão do aumento da sinistralidade.....	500
▶ Planos de Saúde Coletivos. Reajuste por sinistralidade. Transferência do risco do negócio e desequilíbrio contratual.....	501
▶ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade e contrato coletivo com menos de trinta beneficiários. Agrupamento de contratos.....	502

▶ Posicionamento favorável ao reajuste em razão do aumento da sinistralidade.....	503
☐ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade. Hipótese de cabimento....	505
◆ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade. Planos de Saúde Coletivos.....	505
◆ Reajuste em razão do aumento da sinistralidade. Planos de Saúde Coletivos. Requisitos.....	505
☐ Reajuste por sinistralidade e aumento do índice VCMH. Necessidade de comprovação.....	506
☐ Reajuste por sinistralidade. Ônus da prova do aumento da sinistralidade. Operadora do Plano de saúde.....	507
☐ ANS não é parte legítima em demanda em que se discuta suposto abuso em reajuste de plano de saúde.....	509
☐ Reajuste de plano de saúde coletivo. Alegação de abusividade. Necessidade de prova pericial.....	509
☐ Percentual de reajuste abusivo. Órgão de Defesa do Consumidor. Multa administrativa.....	509
◆ Registro da operadora e do produto.....	510
◆ Operar sem registro na ANS. Infração.....	510
▶ Dever de Informação. Entrega de cópia do contrato.....	511
☐ Ausência de entrega de cópia do contrato. Violação do dever de informação. Cobertura devida.....	511
◆ Manual de Orientação para Contratação de Planos de Saúde e Guia de Leitura Contratual.....	511

Art. 17

▶ Qualidade da rede de prestadores de serviços médicos.....	512
▶ Prestadores de Serviços de Saúde e Modalidades de contratação.....	513
▶ Modalidades de contratação e influência da operadora sobre os profissionais.....	513
☐ Responsabilidade da operadora pela qualidade do atendimento prestado em hospitais e por médicos a ela credenciados.....	514
☐ Responsabilidade solidária entre a operadora do plano de saúde e os profissionais e/ou hospitais credenciados.....	515
▶ Dever de manutenção da rede de prestadores de serviços.....	516
▶ Possibilidade de substituição da rede de prestadores de serviços.....	517
▶ Substituição do prestador de serviço. Requisitos.....	517
◆ Substituição de prestadores de serviços não hospitalares. Requisitos.....	517
☐ Comunicação prévia aos usuários sobre a substituição do prestador de serviço.....	518
☐ Comunicação prévia à ANS sobre a substituição do prestador de serviço....	519

◆ Substituição do prestador de serviço. Divulgação no Portal Corporativo e na Central de Atendimento.....	519
▶ Manutenção da qualidade da rede de prestadores de serviço. Contratos antigos e novos.....	520
■ Profissional médico não credenciado. Qualificação internacional. Ausente justificativa para afastar a rede credenciada. Enunciado nº 142 da 7ª Jornada de Direito da Saúde do CNJ.....	520
▶ Ausência de comunicação prévia sobre a substituição do prestador de serviço. Responsabilidade.....	521
■ Ausência de comunicação prévia sobre a substituição do prestador de serviço. Configuração de dano moral.....	521
■ Alterações na rede assistencial hospitalar, Substituição da entidade hospitalar ou redimensionamento de rede por redução. Diretrizes.....	522
■ Substituição de entidade hospitalar pela operadora.....	522
■ Redimensionamento da rede hospitalar por redução.....	523
■ Comunicação individualizada sobre as alterações na rede assistencial hospitalar.....	524
■ Entidade hospitalar descredenciada. Direito à portabilidade.....	525
■ Descredenciamento do estabelecimento hospitalar. Continuação do tratamento na rede interligada. Teoria da Aparência.....	525
■ Descredenciamento. Iniciativa da clínica médica. Necessidade de comunicação prévia ao beneficiário do plano de saúde.....	526
■ Descredenciamento de clínica médica no curso do tratamento. Não oferecimento de continuidade do tratamento em clínica equivalente. Prática abusiva configurada.....	526
■ Descredenciamento de clínica médica no curso do tratamento. Ausência de notificação e de substituição por outra clínica equivalente. Custeio integral pela operadora.....	528
■ Decretação de falência da rede conveniada. Dever da operadora de disponibilização da cobertura por outros profissionais e/ou estabelecimentos.....	529
▶ Custeio de procedimentos prestados fora da rede credenciada.....	529
▶ Profissional e/ou estabelecimento não integrante à rede credenciada. Legitimidade do limite do valor do reembolso.....	529
■ Reembolso de despesas médico-hospitalares realizadas fora da rede credenciada. Obrigatoriedade apenas para hipóteses excepcionais.....	531
■ Crítica ao entendimento de ser obrigatório o reembolso das despesas médico-hospitalares fora da rede credenciada apenas em hipóteses excepcionais.....	531
▶ Limitação do valor do reembolso. Existência de profissional credenciado apto ao atendimento.....	533
■ Ausência de prestador de serviços de saúde na rede credenciada. Omissão da operadora. Reembolso integral.....	534
■ Reembolso. Insuficiência da rede credenciada. Urgência ou Emergência. Recurso Repetitivo.....	534

❑ Negativa de cobertura ilegítima. Beneficiário que custeia o procedimento médico de emergência/urgência. Reembolso integral, a título de indenização por danos materiais.....	535
❑ Hospital credenciado. Internação. Dever de cobertura dos honorários médicos quando ausente informação prévia sobre a limitação do credenciamento.....	535
❑ Descredenciamento requerido pelo prestador de serviço. Operadora impõe, como condição, o credenciamento de novo prestador equivalente. Impossibilidade.....	536

Art. 17-A

◆ Condições de prestação de serviços.....	537
◆ Práticas e condutas vedadas na contratação entre operadoras e prestadores de serviços.....	538
❑ Responsabilidade solidária entre operadora e hospital/médico conveniado ou credenciado.....	538
▶ Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade subjetiva.....	539
▶ Responsabilidade civil dos hospitais. Responsabilidade objetiva.....	539
❑ Responsabilidade civil dos hospitais quanto à atuação dos médicos contratados. Natureza Subjetiva.....	540
❑ Responsabilidade por erro médico. Ausência de vínculo do médico com o hospital e com o plano de saúde. Responsabilidade subjetiva exclusiva do médico.....	540
▶ Profissional médico. Livre escolha. Reembolso pela operadora. Erro médico. Ausência de responsabilidade da operadora.....	541
▶ Observação. Terminologia “erro médico”.....	541
▶ Erro médico x Erro do Médico.....	542
▶ Telemedicina. Definição e Modalidades.....	542
◆ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina. Ministério da Saúde.....	543
◆ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina.....	543
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina ou Telessaúde. Planos de Saúde.....	545
▶ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Telemedicina. Pontos favoráveis à sua adoção.....	545
❑ Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Usuário acometido da doença. Atendimento de emergência. Carência de 24 horas.....	546
◆ Telemedicina. Regulamentação.....	547
◆ Atendimento presencial. Preferencial. Telemedicina. Ato complementar.....	547
◆ Telemedicina. Telessaúde. Legislação.....	548

Art. 18

▶ Imposição de exclusividade aos médicos. Infração da Ordem Econômica.....	550
❑ Cooperativa de médicos. Cláusula de Exclusividade. Ilegalidade.....	550

❑ Cooperativa de trabalho médico. Limitação de ingresso. Princípio das portas abertas	552
❑ Cooperativa de trabalho médico. Princípio da porta aberta não é absoluto	552
❑ Imposição à entidade hospitalar de se credenciar à operadora. Impossibilidade. Autonomia privada.....	553
Art. 19	
◆ Autorização de funcionamento e Registro	555
▶ Registro provisório.....	555
❑ Constitucionalidade.....	555
❑ Exercício de atividade de operadora de plano de saúde sem a autorização de funcionamento. Satisfação dos requisitos legais à época da autuação.....	555
◆ Programa de Acreditação de Operadoras de Planos de Saúde	556
Art. 20	
◆ Fiscalização. Visita Técnica.....	557
◆ Fiscalização. Visita Técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial.....	558
◆ Envio de informações do Sistema de Informações de Produtos (SIP).....	559
Art. 21	
▶ Vedação às operações financeiras com membros diretivos das operadoras de plano de saúde	559
❑ Definição de operação financeira. Não vedação à realização de negócio jurídico de natureza civil.....	560
Art. 22	
◆ Plano de Contas Padrão da ANS	561
❑ Não submissão das contas a auditores independentes. Multa	561
❑ Parecer emitido pelos auditores independentes não goza de presunção <i>juris et de jure</i>	562
◆ Governança Corporativa. Operadoras de Planos de Saúde	562
◆ Plano de Contas. Contabilização dos montantes devidos de ressarcimento ao SUS.....	562
Art. 23	
◆ Falência (Lei nº 11.101/05). Operadora de Plano de Saúde. Não submissão ..	564
▶ Procedimento falimentar de operadora de plano de saúde. Excepcionalidade	564
◆ Cooperativa médica. Submissão à Lei de Falência	564
❑ Constitucionalidade do art. 6º, §13, da Lei nº 11.101/05	564

▶ Crimes falimentares.....	565
----------------------------	-----

Art. 24

▶ Crítica à opção legal para repressão da gestão irregular das operadoras. Necessidade de Criminalização	566
◆ Alienação de carteira.....	566
▣ Alienação de carteira. Dever da alienante e da adquirente de manter a cobertura securitária originariamente contratada pelo consumidor. Boa-fé objetiva.....	567
◆ Regime de direção fiscal.....	568
◆ Regime de direção técnica.....	568
◆ Plano de Recuperação Assistencial.....	569
◆ Liquidação extrajudicial.....	569
◆ Liquidação extrajudicial. Presença de beneficiários ativos	570

Art. 24-A

◆ Administrador. Conceito.....	572
◆ Pessoas vedadas a ocupar o cargo de administrador.....	572
◆ Indisponibilidade de bens dos administradores.....	573
▶ Responsabilidade solidária dos administradores.....	574
▣ Indisponibilidade de bens dos administradores. Exigência de efetiva participação em atos de direção.....	574
▣ Indisponibilidade de bens. Exclusão dos bens alienados anteriormente à decretação do regime fiscal.....	575
▣ Indisponibilidade de bens até apuração e liquidação final das responsabilidades.....	575
▣ Regime de direção fiscal. Indisponibilidade de bens. Poder geral de cautela. Ampliação do período mínimo legal para apuração da responsabilidade solidária dos administradores.....	575
▣ Regime de direção fiscal. Indisponibilidade de bens. Perpetuação da medida constritiva. Ilegalidade.....	576
▣ Indisponibilidade de bens. Conselheiro de Administração e Ex-Conselheiro Fiscal.....	577

Art. 24-B

◆ Diretor Fiscal.....	577
◆ Diretor Técnico.....	579

Art. 24-C

◆ Créditos decorrentes da prestação de serviços de plano de saúde. Crédito com privilégio especial na falência.....	581
---	-----

Art. 24-D

◆ Lei de Falência.....	582
------------------------	-----

Art. 25

◆ Fiscalização do setor privado de assistência à saúde. ANS.....	583
◆ Sanções. Resolução Normativa nº 489, de 29 de março de 2022.....	583
◆ Penalidades para as infrações aos contratos e à legislação dos planos de saúde.....	584
◆ Infrações à legislação da saúde suplementar. Tipificação.....	584
☐ Cumulação de penalidades. Infrações diversas.....	585
◆ Processo administrativo para apuração e punição das infrações.....	585
◆ Reparação voluntária e eficaz.....	585
☐ Penalidade de multa. Reajuste em desacordo com previsão da ANS. Reparação voluntária. Não configuração.....	586
☐ Penalidade de multa. Rescisão unilateral do contrato. Ilegalidade. Incidência da penalidade.....	587
☐ Reparação voluntária e eficaz. Configuração.....	587
☐ Procedimento administrativo. Operadora de plano de saúde. Negativa de cobertura indevida. Comprovação. Multa adequada.....	588
☐ Auto de infração. Ilegítima negativa de cobertura de cirurgia bariátrica.....	588
☐ Auto de infração. Redução da rede credenciada sem prévia autorização. Multa pela infringência ao art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.....	589
☐ Infração à lei. Cobrança de multa por atraso no pagamento em percentual superior a 2%. Penalidade de multa pecuniária devida.....	590
◆ Processo administrativo eletrônico na ANS.....	590

Art. 26

◆ Sobre os bens pessoais dos diretores, administradores, gerentes e membros de conselhos da operadora.....	590
--	-----

Art. 27

◆ Multa. Regulamentação.....	591
☐ Reparação voluntária e eficaz em tempo hábil. Desconstituição da multa.....	591
☐ Possibilidade de anulação da penalidade de multa. Inocorrência.....	591

Art. 28

◆ Texto legal revogado.....	592
▶ Absorção das atribuições da SUSEP pela ANS.....	592

Art. 29

Art. 29-A

- ◆ Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta 594
- Termo de compromisso de ajuste de conduta. Ausência de direito subjetivo... 594

Art. 30**Art. 31**

- ▶ Plano de saúde coletivo empresarial. Rescisão do contrato de trabalho e Aposentadoria. Manutenção do contrato de plano de saúde. Condição. Efetiva Contribuição 596
 - Contribuição do empregado não precisa englobar todo o período do vínculo contratual..... 597
 - **Mensalidade do plano de saúde. Desconto no salário. Manutenção da natureza salarial. Mera antecipação de pagamento**..... 597
- ▶ Coparticipação do empregado. Não configuração de pagamento parcial do plano de saúde 597
- ◆ Extinção do vínculo de beneficiário em caso de demissão, exoneração ou aposentadoria. Portabilidade de Carência 599
- Plano de saúde coletivo empresarial. Término do prazo de manutenção do contrato em favor do ex-empregado. Prorrogação do prazo enquanto perdurar o atendimento médico em andamento 599
- Plano de saúde coletivo empresarial. Término do prazo de manutenção do contrato em favor do ex-empregado. Tratamento médico em andamento. Recurso Repetitivo 600
- Plano de saúde coletivo empresarial. Manutenção do ex-empregado no plano de saúde além do prazo legal. Confiança. Exclusão indevida pelo ex-empregador 600
- Plano de saúde coletivo empresarial. Permanência do ex-empregado no plano de saúde além do prazo legal. *Supressio*. Direito de manutenção 602
- Beneficiário aposentado. Ausência de contribuição. Manutenção do usuário por opção do empregador. Exclusão posterior. Vedação comportamento contraditório..... 602
- Empregado aposentado. Manutenção do vínculo com as mesmas condições de cobertura assistencial. Assunção do pagamento integral 603
- Empregado demitido. Aposentadoria posterior. Direito a se manter como beneficiário do plano de saúde empresarial 604
- Empregado. Preenchimento dos requisitos para aposentadoria. Direito à manutenção vitalícia do plano de saúde..... 604
- ▶ Beneficiários aposentados ou ex-empregados. Condições de cobertura e custeio. Controvérsia..... 605
 - ◆ ANS. Condições de cobertura e custeio aos beneficiários aposentados ou ex-empregados..... 605
 - Valores diferenciados para beneficiários ativos e inativos. Impossibilidade 606

■ Divisão de categorias entre beneficiários ativos e inativos. Possibilidade	608
■ Direito adquirido ao modelo de custeio. Inocorrência.....	609
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Inativos. Necessidade de paridade com os preços e condições de reajuste praticados para os empregados ativos..	610
■ Beneficiários aposentados ou ex-empregados. Condições de cobertura e custeio. Recurso Repetitivo.....	611
■ Ação de obrigação de fazer. Manutenção da qualidade de beneficiário ao ex-empregado. Legitimidade passiva	611
■ Ação de obrigação de fazer. Manutenção da qualidade de beneficiário ao ex-empregado. Ilegitimidade passiva da estipulante.....	612
■ Plano de saúde coletivo empresarial. Ação judicial entre beneficiário e operadora. Controvérsia sobre a forma de custeio. Ausência de interesse jurídico da empregadora.....	612
■ Cancelamento do contrato pelo empregador. Manutenção do ex-empregado no mesmo plano de saúde. Impossibilidade.....	613
■ Cancelamento do contrato pelo empregador. Migração para plano individual. Cabimento	614
■ Cancelamento do contrato pelo empregador. Beneficiário em tratamento médico. Manutenção do contrato até o término do tratamento.....	614
■ Empregado aposentado. Manutenção da condição de beneficiário do plano coletivo determinada por decisão judicial. Rescisão do plano coletivo. Ausência de descumprimento da condenação judicial.....	615
■ Falência do empregador. Inadimplência. Rescisão do contrato coletivo. Migração. Mensalidades de acordo com o mercado.....	615
■ Plano de saúde coletivo. Rescisão de contrato de parceria rural. Ausência de vínculo empregatício, inexistindo direito ao benefício do art. 30.....	616
▶ Morte do titular. Manutenção do contrato de plano de saúde ao grupo familiar.....	616
■ Morte do(a) titular do plano de saúde coletivo. Dependente idoso(a). Sucessão da titularidade	617
■ Morte do titular. Manutenção do contrato de plano de saúde aos agregados	618
▶ Morte do titular. Período de remissão	618
■ Plano de saúde coletivo. Morte do titular. Término do período de remissão. Impossibilidade de exclusão da dependente.....	620
■ Plano de saúde coletivo. Morte do titular. Manutenção do dependente. Ausência de cobrança. Supressão. Impossibilidade de exclusão do beneficiário...	621
■ Morte do titular. Imposição do pagamento do débito de coparticipação como condição para a manutenção do contrato pelos dependentes. Abusividade...	621
Art. 32	
■ Constitucionalidade.....	622
◆ Ressarcimento ao SUS. Resolução Normativa nº 502/2022.....	624

◆ Ressarcimento ao SUS. Súmula Normativa nº 9, de 10/11/2005.....	625
■ Ressarcimento ao SUS. Plano Coparticipativo. Indiferença.....	625
◆ Ressarcimento ao SUS. Tabela. Resolução Normativa nº 239/2010	625
■ Ressarcimento ao SUS. Regularidade da Tabela TUNEP e IVR.....	626
■ Ressarcimento ao SUS. Urgência ou Emergência. Limitações Contratuais. Ressarcimento devido.....	627
■ Ressarcimento ao SUS. Serviço prestado em cumprimento de decisão judicial, indiferença.....	628
■ Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional	629
■ Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional. Recurso Repetitivo. A Primeira Seção do STJ, quando do julgamento do Tema Repetitivo nº 1147 (acórdão publicado em 26/05/2025 – REsp 1.978.141/SP e REsp 1.978.155/SP), firmou a seguinte tese sobre o prazo prescricional para ressarcimento ao SUS, <i>in verbis</i> : “Nas ações com pedido de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde de que trata o art. 32 da Lei 9.656/1998, é aplicável o prazo prescricional de cinco anos previsto no Decreto 20.910/1932, contado a partir da notificação da decisão administrativa que apurou os valores”.....	630
■ Ressarcimento ao SUS. Prazo Prescricional. Termo Inicial.....	630
■ Ressarcimento ao SUS. Execução Fiscal.....	631
■ Ressarcimento ao SUS. Prova Pericial	631
■ Ressarcimento ao SUS. Recurso administrativo. Termo inicial dos juros de mora. Recurso Repetitivo.....	632
◆ Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025. Programa Agora Tem Especialistas	632

Art. 33

■ Indisponibilidade de leito hospitalar. Atendimento custeado pelo paciente. Direito ao reembolso.....	632
■ Indisponibilidade de leito hospitalar credenciado. Honorários médicos arcados pelo paciente. Reembolso integral.....	633
■ Indisponibilidade de leito hospitalar. Não disponibilização de leito de padrão superior. Dano moral.....	633
◆ Indisponibilidade de leito hospitalar. Não disponibilização de leito de padrão superior. Infração de natureza assistencial.....	634
■ Beneficiário que assume o pagamento de leito em nível superior. Ausência do direito ao reembolso	634
■ Beneficiário que assume o pagamento de leito em nível superior. Honorários médicos complementares. Ausência do direito ao reembolso	634

Art. 34

► Operadora de plano de saúde. Pessoa jurídica independente.....	636
--	-----

Art. 35

▶ Planos antigos e Planos novos.....	637
▶ Planos adaptados	638
▶ Vedação à inclusão de novos dependentes em planos não adaptados.....	638
▶ Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos.....	639
▣ Adaptação. Escolha do beneficiário. Não incidência da Lei nº 9.656/98 aos contratos não adaptados.....	639

Art. 35-A**Art. 35-B**

◆ Regimento Interno do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU). Resolução do CONSU nº 1/1998.....	641
◆ Compartilhamento de gestão de riscos	642
◆ Compartilhamento de gestão de riscos. Manutenção das responsabilidades individuais.....	642
◆ Definição do capital regulatório das operadoras	642

Art. 35-C

▶ Prazo de carência. Atendimento de emergência ou de urgência	644
▶ Resolução nº 13/98. Carência. Urgência e Emergência.....	644
◆ Emergência e urgência. Conceitos.....	644
◆ Princípio do direito de preservação da vida, órgão ou função.....	644
▣ Atendimento de urgência. Demora injustificada da operadora em autorizar o procedimento médico. Dano moral configurado.....	644
▣ Situação de emergência. Demora injustificada no fornecimento do atendimento. Dano moral configurado	646
▶ Inseminação artificial. Exclusão de cobertura	646
▶ Planejamento Familiar. Definição.....	646
◆ Planejamento familiar. Técnicas de reprodução assistida	647
▶ Cobertura obrigatória do planejamento familiar x Exclusão de cobertura da inseminação artificial. Coexistência.....	647
▶ Crítica à tese firmada no Tema nº 1067 do Superior Tribunal de Justiça.....	650
▣ Cobertura obrigatória do planejamento familiar x Exclusão de cobertura da inseminação artificial. Critério Cronológico. Prevalência do planejamento familiar.....	651
▶ Inseminação artificial.....	652
◆ Laqueadura e Vasectomia. Dispensa de consentimento do cônjuge.....	652
◆ Cirurgia de Esterilização Feminina.....	652
▣ Cirurgia de esterilização feminina no momento do parto. Gravidez de alto risco. Cobertura devida.....	653

◆ Cirurgia de Esterilização Masculina	653
■ Cobertura obrigatória. Inserção ou remoção de DIU. Enunciado nº 12 da I Jornada de Direito da Saúde do CJF	654

Art. 35-D

▶ Sobre a aplicação da penalidade de multa	654
--	-----

Art. 35-E

■ Inconstitucionalidade	656
▶ Processos administrativos e autos de infração fundados no art. 35-E. Declaração de inconstitucionalidade. Nulidade dos autos de infração	656
▶ Reajuste das mensalidades em razão da mudança de faixa etária em contratos antigos	657
■ Plano de saúde antigo e reajuste por faixa etária. Impossibilidade de aplicação de regramento superveniente. Análise do caso concreto	659
■ Repercussão Geral. Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado antes da sua vigência. Tema 381	660
■ Reajuste por mudança de faixa etária. Plano de saúde antigo. Não incidência do Estatuto do Idoso	660

Art. 35-F

▶ Cláusula geral de interpretação dos contratos de planos de saúde.....	661
◆ Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção à Saúde de Operadoras de Planos de Saúde	662

Art. 35-G

▶ Plano de saúde. Relação de consumo	662
▶ Garantia do direito à saúde no CDC.....	662
▶ Direito à saúde no CDC	663
▶ Plano de saúde. Diálogo das Fontes.....	663
▶ Diálogo Sistemático de Coerência.....	663
▶ Diálogo de complementariedade e subsidiariedade.....	664
▶ Diálogo de coordenação e adaptação sistemática.....	664
▶ Aplicação subsidiária do CDC aos planos de saúde?	665
◆ Alteração da redação do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.656/98. Aplicabilidade simultânea do CDC	666
■ Aplicabilidade do CDC aos planos de saúde. Súmula nº 608, do STJ	666
■ Planos de saúde de Autogestão. Inaplicabilidade do CDC	666
■ Planos de saúde de Autogestão. Inaplicabilidade do CDC. Justificativa.....	666
▶ Planos de saúde de Autogestão. Interpretação das cláusulas contratuais à luz da boa-fé objetiva.....	667

Art. 35-H	
▶ Absorção das atribuições da SUSEP pela ANS	667
Art. 35-I	
▶ Responsabilidade subsidiária dos diretores, administradores, gerentes e conselheiros. Débito não tributário. Ausência de responsabilidade	668
Art. 35-J	
◆ Dever de sigilo do diretor técnico, do diretor fiscal e do liquidante.....	669
◆ Ato de Improbidade Administrativa. Violação de dever de sigilo.....	669
Art. 35-L	
◆ Provisões técnicas.....	670
◆ Ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.....	670
Art. 35-M	
▶ Resseguro.....	672
◆ Resseguro. Definição legal.....	672
▶ A operação de resseguro não se confunde com a cessão do Direito Civil..	672
▶ Resseguro. Definição doutrinária.....	673
▶ Atipicidade do contrato de resseguro.....	673
▶ Resseguro na Saúde Suplementar. Apenas seguradoras especializadas em saúde.....	674
◆ Operações de compartilhamento da gestão de riscos	674
◆ Espécies de operações de compartilhamento da gestão de riscos.....	675
◆ Programa Especial de Escala Adequada (PEA).....	675
Art. 36	
▶ Publicação da Lei nº 9.656/98 e Medidas Provisórias. Ver art. 1º, <i>caput</i>	676
REFERÊNCIAS.....	677
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	685